

Quarta-Feira, 08 de Abril de 2026

Advogados de Bolsonaro tentam atrasar julgamento que pode torná-lo inelegível

MANOBRA

Terra

Os advogados do ex-presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL) estudam alternativas jurídicas para proletrar o julgamento da ação que apura os [ataques às urnas eletrônicas](#) feitas pelo antigo chefe do Executivo durante uma reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada, em Brasília, em julho do ano passado. A ação tramita no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a avaliação da defesa é de que no segundo semestre haverá mudanças significativas na composição da Corte que podem beneficiar o ex-mandatário. As informações são do jornal *O Globo*.

A ação proposta pelo PDT, em agosto de 2021, é considerada pelo entorno de Bolsonaro como o processo com maior risco para torná-lo inelegível. Nela, o ex-presidente é acusado de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

Nos últimos julgamentos, o TSE tem aplicado derrotas a Bolsonaro, mas com placar apertado - geralmente por 4 votos a 3. Dessa forma, as alterações previstas nos próximos meses são vistas como determinantes para reverter os resultados desfavoráveis ao ex-presidente.

A primeira mudança ocorrerá já em Abril após o ministro **Ricardo Lewandowski**, um dos juízes mais alinhados ao presidente [Lula](#), se aposentar compulsoriamente, ao completar 75 anos. O ministro **Nunes Marques**, indicado por Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal (STF), será o seu substituto.

Outra troca importante está prevista para maio. É neste período que termina o mandato de **Sérgio Banhos**, integrante do TSE da cota dos juristas. Pela praxe da Corte, a vaga deverá ser preenchida pela ministra **Maria Claudia Buchianeri**. Buchianeri é considerado pelo meio jurídico e entre seus pares como uma juíza neutra. Desde 2022, a ministra proferiu decisões que desagradaram tanto o Partido dos Trabalhadores (PT) como Lula.

Em novembro, a Corte também passará por mais uma troca sensível: **Benedito Gonçalves** deixará o cargo de corregedor-geral, posto responsável pela condução das ações relacionadas à investigação eleitoral. Gonçalves, que é membro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem tomado decisões contrárias aos interesses de Bolsonaro. Ele será substituído por **Raul Araújo**, outro integrante do STJ. Durante a campanha de 2022, Araújo atendeu a um pedido do PL e determinou a remoção de vídeos em que Lula chama Bolsonaro de “genocida”, decisão revertida em plenário.

Ao todo, tramitam 16 ações na Corte contra Bolsonaro. O ex-presidente é investigado por propagação de Fake News, abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.